



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LINHA DE PESQUISA: PAISAGEM, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



PAISAGEM E ECOTURISMO:

O CASO DO DISTRITO DE TABULEIRO DO MATO DENTRO - MG

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARIA LAIS DE OLIVEIRA KUTCHENSKI

Brasília, DF – 2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPG

Curso de Mestrado Arquitetura e Urbanismo

Linha de Pesquisa: Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade

PAISAGEM E ECOTURISMO:

O CASO DO DISTRITO DE TABULEIRO DO MATO DENTRO - MG

MARIA LAIS DE OLIVEIRA KUTCHENSKI

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Vicente Barcellos

Brasília – DF

2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU

PAISAGEM E ECOTURISMO:
O CASO DO DISTRITO DE TABULEIRO DO MATO DENTRO – MG

Autora: **MARIA LAIS DE OLIVEIRA KUTCHENSKI**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre, na Linha de Pesquisa: Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade.

APROVADA POR:

PROF. DR. VICENTE BARCELLOS (Orientador)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

PROF. DR. ANDREY R. SCHLEE (Examinador interno)
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

PROF^a. DR^a. ALINA SANTIAGO (Examinadora Externa)
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Santa Catarina

KUTCHENSKI, MARIA LAIS DE OLIVEIRA

Paisagem e Ecoturismo: O caso do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro – MG.

217 p., 297 mm, (UnB/FAU, Mestre, Arquitetura e Urbanismo, 2006).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

1. Paisagem

3. Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo

2. Ecoturismo

4. Tabuleiro do Mato Dentro

I. UnB – FAU

II. Título (Série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou ceder cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Maria Lais de Oliveira Kutchenski (Autora)

À minha família.
Em especial à minha mãe,
Antônia, pelo exemplo de trabalho
e força para enfrentar a vida.

Ao meu esposo, Nestor,
minhas filhas, Érika e Thayssa, pelo
carinho, incentivo e total solidariedade.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida.

Ao prof. Vicente Barcellos, pela orientação, pelos ensinamentos e por acreditar na capacidade de seus orientandos.

Aos moradores de Tabuleiro, na pessoa de Cristiano Rodrigues, grande amigo, pela colaboração, hospitalidade e pelas informações preciosas durante a pesquisa de campo.

À memória da prof^a. Lucila Saad, pelo exemplo como profissional e por ter me incentivado a cursar o mestrado.

Aos professores, funcionários da secretaria e colegas do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, principalmente à prof^a. Maria do Carmo Bezerra, pelos ensinamentos e amizade, e ao prof. Jaime Gonçalves, pela avaliação inicial de dados, empréstimo de livros e sugestões.

Ao prof. Manoel Cláudio da Silva Junior, pelo exemplo como dendrólogo e pelas sugestões no momento do exame de qualificação.

Aos professores Luis Pedro, Assunção e Eliane, pelo incentivo e amizade.

Ao companheirismo dos colegas do mestrado, especialmente Aleixo, Apoena, Bey Ayres, Daniela Bottini, Juliana, Luis Márcio, Marie Lou, Jorge, Valéria e à turma de bioclimatismo, pelo inquestionável amadurecimento intelectual que foi possível com essa convivência.

A Delayse Teles, pela amizade e companhia em viagens, congressos e eventos em busca de aprimoramento na área de paisagismo.

A Liza Andrade e Patrícia Sitônio, pelo desprendimento, atenção e amizade.

A todos da Prefeitura do Município de Conceição do Mato Dentro, principalmente da Semat, que colaboraram para a realização deste trabalho fornecendo dados, informações e documentos.

Ao Marcelo Viegas, pela atenção e prestimosa colaboração.

Ao Carlos Eduardo Nery, da Ong-SAT, pelas informações sobre o Parque e material sobre a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Ao promotor Dr. Paulo César Lima, pelos livros e pela atenção.

Ao Marcelo Prates do UniCentro Newton Paiva, pela atenciosa colaboração.

À Luciana e Valkíria do Ibama, ao Sr. Valdick do IEF, Sr. Aécio da Emater, pela presteza, ao fornecerem dados importantes.

A meus irmãos e irmãs, pelo incentivo e apoio, principalmente, à Cristina pelo companheirismo e ao Sávio pelos jornais, revistas, etc. com dados interessantes.

Aos primos, Rodolfo Ricardo, Elza Lúcia, Márcia Figueiredo e Fátima Utsch, pela contribuição afetiva e intelectual.

Aos amigos, José Maria e sua irmã Renata, pela contribuição com livros, recortes de jornais, fotos e dados importantes; ao Prof. Altamiro Souza pelas informações; ao Amauri Elias, Sérgio Bôer e Edson Silva, pelas fotos.

A todos que, anonimamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

E, finalmente, à pessoa que ocupou um lugar singular no decorrer desta caminhada, minha filha Érika Cristina, pelo carinho, apoio, paciência e prontidão para ajudar-me na lida com o computador.

RESUMO

O presente trabalho tem como foco os processos de transformação da paisagem, observados no Povoado do Tabuleiro e no Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, ambos situados no distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, município de Conceição do Mato Dentro, região central de Minas Gerais, os quais têm sofrido impactos positivos e negativos resultantes do crescente desenvolvimento das atividades de ecoturismo. A escolha dessas duas áreas para estudo de caso se deu em função de seu destaque no cenário ecoturístico mineiro, e por permitir trazer à tona e tratar alguns aspectos de campo específico da Arquitetura da Paisagem.

O principal objetivo deste estudo é pensar, refletir sobre essas transformações e, quiçá, contribuir para novos entendimentos no trato da paisagem do Povoado e do Parque, diagnosticando os problemas atuais e futuros que a corrente forma de uso destas áreas pode gerar e suas conseqüências na paisagem, tanto do ponto de vista ambiental quanto social, visando subsidiar a formulação de políticas de proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais, assim como de um planejamento da paisagem com sugestões de equipamentos para recreação e lazer, que facilitem o convívio mutuamente benéfico entre turistas e comunidade anfitriã.

O crescimento do interesse pelas áreas naturais traz a exigência de medidas que visem preservar as tradições culturais, o *modus vivendi* da comunidade e os recursos naturais. O estudo aponta diretrizes que focam o desenvolvimento sustentável da região, considerando a história do lugar, a cultura de seu povo e o respeito à natureza. Ele foi subdividido em três partes: na primeira abordam-se os fundamentos teórico-conceituais pertinentes à arquitetura da paisagem; o ecoturismo e suas vantagens potenciais como fator atenuador da pobreza; a interface entre o ecoturismo e a paisagem e o papel do arquiteto paisagista na organização da paisagem turística. Na segunda, caracteriza-se a área de estudo, suas potencialidades e fragilidades e na terceira parte abordam-se os impactos positivos e negativos ocorridos na área estudada, os conflitos decorrentes da criação do Parque e seus desdobramentos em termos de políticas, planos e ações voltados para o desenvolvimento do turismo no município tendo o ecoturismo no Povoado e no Parque do Tabuleiro como eixo principal dessas políticas.

Este estudo evidenciou as múltiplas funções da paisagem do Tabuleiro e que o ecoturismo é o grande potencial do Povoado, que dispõe de vários atributos considerados de grande valia para a sua prática. Porém, a precariedade de sua infraestrutura é um entrave para o seu desenvolvimento, assim como a falta de preparo da população local para um engajamento com bases sustentáveis, que façam da incrementação das atividades do ecoturismo um meio para transformar as condições atuais em melhorias no padrão de vida de sua população.

Com este estudo pretende-se gerar conhecimentos que colaborem para uma reflexão e prática dos profissionais aí envolvidos, com investigação de alternativas de ações que conciliem as necessidades sociais com as possibilidades da paisagem natural, evitando assim, que o ecoturismo destrua as bases que o fazem existir.

Palavras-chave: Arquitetura da Paisagem, Paisagem, Paisagismo, Ecoturismo, Tabuleiro, Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.

ABSTRACT

The present work focuses on the processes of landscape transformation, observed in *Povoado do Tabuleiro* and in the Natural Municipal Park of *Ribeirão do Campo*, both situated in the district of *Tabuleiro do Mato Dentro*, municipality of *Conceição do Mato Dentro*, central region of Minas Gerais state, which have suffered positive and negative impacts resulted from the increasing development of ecotourism activities. The choice of these two areas for case study is due to their prominence in the ecotouristic scenario in Minas Gerais state, and due to allowing for one to deal with some aspects specific to Landscape Architecture.

The main objective of this study is to think, to reflect on these transformations and, maybe, to contribute for new agreements in the treatment of the landscape of *Povoado do Tabuleiro* and of the Park, diagnosing the current and future problems that today's use of these areas can generate and their consequences in the landscape, concerning both environmental and social points of view, aiming at subsidizing the formularization of protection policies, preservation and recovery of natural resources, as well as of a landscape planning with equipment suggestions for recreation and leisure, which could make possible tourists and the local community to get along with one another in a beneficial way.

The growth in the interest for the natural areas requires that some measures be taken in order to preserve the cultural traditions, the *modus vivendi* of the community and the natural resources. The study points out guidelines that focus the sustainable development of the region, considering the history of the place, the culture of its people and the respect for the nature. It was subdivided in three parts: firstly, one approaches the theoretic-conceptual framework related to landscape architecture; the ecotourism and its potential advantages for diminishing poverty; the interface between ecotourism and landscape and the role of the landscapist architect in the organization of the tourist landscape. Secondly, the study area is characterized - its potentialities and fragilities -; and thirdly, one approaches the positive and negative impacts occurred in the studied area, the conflicts occurred due to the creation of the Park and its unfoldings in terms of policies, plans and actions towards the tourism development in the municipality, having the ecotourism in *Povoado do Tabuleiro* and in the Park as the foundation for these policies.

This study evidenced the multifunctionality of *Tabuleiros's* landscape and that the ecotourism is the great potential of *Povoado do Tabuleiro*, which makes use of some attributes of great value for the practice. However, the precariousness of its infrastructure is an impediment for its development, as well as the lack of preparation of the local population for an enrollment with sustainable bases, which make the increase of the ecotourism activities a way to transform the current conditions into improvements in the standard of living of its population.

With this study, one intends to generate knowledge that collaborate for the reflection and practice of the professionals here involved, with a quest for alternatives of actions that combine social necessities with the possibilities of the natural landscape, thus preventing, that the ecotourism destroys the basis that make it to exist.

Keywords: Landscape Architecture, Landscape, Landscapism, Ecotourism, Tabuleiro, Natural Municipal Park of Ribeirão do Campo, Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.

Sumário

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	xiv
LISTA DE QUADROS	xv
LISTA DE SIGLAS	xvi
INTRODUÇÃO	01
<u>PARTE I - Referencial Teórico</u>	
Capítulo 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE PAISAGEM E ECOTURISMO	12
1.1 Paisagem e Paisagismo.....	12
1.2 Turismo e Ecoturismo.....	17
1.3 O Ecoturismo e a Paisagem.....	25
1.4 O Arquiteto Paisagista e a organização da paisagem para o ecoturismo.....	30
<u>PARTE II – Estudo de caso: caracterização e delimitação da área de estudo</u>	
Capítulo 2 - CONTEXTO MUNICIPAL: CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	38
2.1 Aspectos Históricos.....	39
2.2 Aspectos Gerais do Município.....	40
2.3 Aspectos Naturais: Meio Físico e Meio Biótico.....	42
2.4 A Paisagem Urbana de Conceição do Mato Dentro.....	47
2.4.1 Principais Atrativos Histórico-culturais do Município.....	49
2.4.2 Manifestações Culturais e Eventos.....	50
2.5 Aspectos Socioeconômicos.....	54
2.6 Aspectos da Administração Municipal.....	60
Capítulo 3 - A PAISAGEM DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL RIBEIRÃO DO CAMPO	62
3.1 Aspectos Gerais.....	63
3.2 Aspectos Abióticos da Paisagem do Parque.....	73
3.3 Aspectos Bióticos da Paisagem do Parque.....	76
3.3.1 Fauna.....	76
3.3.2 A Vegetação do Parque.....	77

3.3.2.1 Campos Cerrados.....	78
3.3.2.2 Campos Rupestres.....	79
3.3.2.3 Matas de Galeria e Matas de Capão.....	81
Capítulo 4 - O POVOADO DO TABULEIRO E SUA PAISAGEM.....	85
4.1 Aspectos Gerais.....	86
4.2 Aspectos Históricos.....	89
4.3 A Paisagem Natural do Tabuleiro.....	92
4.4 A Paisagem Urbana do Povoado do Tabuleiro	95
4.5 Aspectos da Infra-estrutura Básica.....	105
4.6 Aspectos Demográficos e Socioculturais	110
4.7 Aspectos Econômicos	121
4.8 Valores Paisagísticos e a Imagem Associada.....	124
<u>PARTE III - A Problemática do Parque e do Povoado do Tabuleiro em Face do Ecoturismo: políticas, planos e ações</u>	
Capítulo 5 - A PROBLEMÁTICA DO PARQUE E DO POVOADO DO TABULEIRO EM FACE DO ECOTURISMO: POLÍTICAS, PLANOS E AÇÕES.....	132
5.1 A Criação do Parque e os Conflitos Gerados.....	133
5.1.1 A Reação dos Moradores do Povoado e do Parque.....	135
5.2 Impactos Positivos e Negativos Ocorridos.....	138
5.2.1 Na Área do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo.....	138
5.2.2 Na Área do Povoado do Tabuleiro.....	148
5.3 Políticas, Planos e Ações.....	156
5.3.1 Na Esfera Federal.....	156
5.3.2 Na Esfera Estadual.....	159
5.3.3 Na Esfera Municipal.....	162
5.3.4 A Influência da Conclusão da Pavimentação da Rodovia MG-010.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178
ANEXOS:.....	187
I - Lei Municipal nº. 1.741/2003: criação do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro...	188
II - Decreto nº. 158/1998: criação do Parque Municipal Ribeirão do Campo.....	189
III - Mapa da APA Serra do Intendente e do Parque Municipal Ribeirão do Campo....	192
IV - 11ª Semana Ecológica de Conceição do Mato Dentro.....	193

Lista de Figuras

- As fontes e créditos das figuras estão citados nas respectivas legendas. No caso das fotos e desenhos do autor não se faz a citação.
- O autor da foto da capa (Cachoeira do Tabuleiro) é Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira.
- A numeração das figuras distribuídas nas páginas segue a seqüência de cima para baixo, da esquerda para a direita.

CAPÍTULO 1

1.1: Rua das Pedras, Búzios – RJ.....	27
1.2: Serra do Cipó – MG.....	28
1.3: Frederick Law Olmsted.....	31

CAPÍTULO 2

2.1: Vista Parcial de Conceição do Mato Dentro – MG.....	38
2.2: Vista do distrito de Tapera.....	39
2.3: Vista do distrito de Córregos.....	39
2.4: Mapa de localização do Povoado e do Parque do Tabuleiro.....	41
2.5: Vista parcial de Conceição do Mato Dentro.....	42
2.6: Formações rochosas do Parque Natural Salão de Pedras, Conceição do Mato Dentro.....	44
2.7: Pinturas rupestres, nas imediações do Povoado de Tabuleiro.....	45
2.8: Pichações por cima das pinturas rupestres.....	45
2.9: Cachoeira do Tabuleiro.....	46
2.10: Poço do Val no Povoado de Tabuleiro.....	46
2.11: Cachoeira de Três Barras.....	46
2.12: Mapa da arquitetura civil e religiosa de Conceição do Mato Dentro – MG.....	48
2.13: Chafariz, antigo Pelourinho, na Praça São Joaquim.....	49
2.14: Grupo Escolar Daniel de Carvalho, na Praça São Joaquim.....	49

2.15: Casa da Cultura de Conceição do Mato Dentro – MG.....	49
2.16: Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Conceição do Mato Dentro – MG.....	50
2.17: Capela de Nossa Senhora do Rosário, Conceição do Mato Dentro – MG.....	50
2.18: Antiga Casa da Câmara e Cadeia em Conceição do Mato Dentro – MG.....	50
2.19: Pinturas rupestres em Conceição do Mato Dentro – MG.....	50
2.20: Artesanato em taquara.....	52
2.21: Artesanato em couro.....	52
2.22: Tapete arraiolo.....	52
2.23: Rodovia MG – 010, que liga Conceição do Mato Dentro a Belo Horizonte.....	53
2.24: Terminal Rodoviário de Conceição do Mato Dentro – MG.....	57

CAPÍTULO 3

3.1: Amanhecer no Parque Municipal Ribeirão do Campo.....	62
3.2: Mapa da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço – Fase I – Minas Gerais.....	65
3.3: Localização do Parque do Tabuleiro, em relação ao eixo da Estrada Real em Minas Gerais....	67
3.4: Guarita onde funciona a portaria do Parque Municipal Ribeirão do Campo.....	68
3.5: Área de <i>camping</i> da sede do Parque Municipal Ribeirão do Campo.....	69
3.6: Crianças da escola local, na cerimônia de inauguração do Parque, em 2005.....	70
3.7: Said Santiago e Frei Júlio, pioneiros do Tabuleiro, presentes na inauguração do Parque..	70
3.8: Moradora do Tabuleiro, Dorinha, discursando na cerimônia de inauguração do Parque....	70
3.9: Sede do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo.....	71
3.10: Croqui da sede do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo.....	72
3.11: Recepção da sede do Parque com grandes panos de vidro.....	72
3.12: Trilha do Parque apresentando forte declividade e focos erosivos.....	73
3.13: Cachoeira do Tabuleiro.....	74
3.14: Piscina natural no Ribeirão do Campo.....	74
3.15: Encosta da Serra do Intendente.....	75
3.16 a 3.24: Diferentes tipos de flores do Parque.....	77

3.25 a 3.28: Exemplares da Flora do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo.....	78
3.29: Canela de ema e fruta de lobo.....	79
3.30: Campos cerrados no Parque do Tabuleiro.....	79
3.31: Campos Rupestres na área do Parque.....	80
3.32: Sempre-vivas, espécie endêmica de Campos de Altitude.....	81
3.33: Matas de Galeria: Córrego Palmital.....	82
3.34: Matas de Galeria: Córrego Teodoro.....	82
3.35: Matas de Capão nas imediações do Parque.....	83
3.36: Pteridial, vegetação de áreas desmatadas.....	83
3.37: Extrativismo da samambaia.....	84

CAPÍTULO 4

4.1: Vista do Povoado de Tabuleiro.....	85
4.2: Mapa do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro.....	88
4.3: Família de Índios Botocudos, primeiros habitantes da região de Tabuleiro.....	90
4.4: Estrada de acesso ao Povoado de Tabuleiro.....	92
4.5: Desmatamento no Povoado.....	93
4.6: Campos de pastagens nas imediações do Povoado de Tabuleiro.....	93
4.7: Paredão da Cachoeira do Tabuleiro, visto da estrada de acesso ao Povoado.....	93
4.8: Agricultura de subsistência na região de Tabuleiro do Mato Dentro.....	94
4.9: Agricultura de subsistência na região de Tabuleiro do Mato Dentro.....	94
4.10: Novas construções no Povoado de Tabuleiro.....	95
4.11: Croqui do traçado urbano do Povoado de Tabuleiro.....	96
4.12 Croqui dos fluxos de circulação no Povoado.....	97
4.13: Rua Principal, que atravessa o Povoado.....	98
4.14: Vista do local onde se inicia o revestimento do piso por bloquetes.....	98
4.15: Rua onde se concentra o comércio no Povoado.....	98
4.16: Rua do Tabuleiro, antes da criação do parque.....	98

4.17: Rua sem calçamento, sem calçada para pedestre, no Povoado de Tabuleiro.....	99
4.18: Vista aérea da Praça Sagrado Coração de Jesus.....	99
4.19: Poço Pari, no Povoado de Tabuleiro.....	100
4.20: Poço do Val, Rio Preto, no Povoado de Tabuleiro.....	100
4.21: O Rupestre, bar do Gil.....	101
4.22: Bar da Cici.....	101
4.23 a 4.25: Ausência de calçadas nas ruas do Povoado.....	101
4.26: Quintal com árvores frutíferas no Povoado de Tabuleiro e chafariz público.....	101
4.27: Casa do Sr. Zé do Quim.....	102
4.28: Casa de Dona Lina.....	102
4.29: Casa de D. Luiza.....	102
4.30: Casa do Gonzalo.....	102
4.31: Segunda residência de lazer.....	103
4.32: Albergue da Juventude.....	103
4.33: Residência de morador local.....	103
4.34: Cânion do Peixe Tolo.....	104
4.35: Cachoeira do Zé Cornicha.....	104
4.36: Serra do Intendente Câmara.....	104
4.37: Cachoeira Rabo de Cavalo.....	104
4.38: Igreja do Sagrado Coração de Jesus.....	105
4.39: Escola Ana Vieira de Andrade.....	105
4.40: Vista parcial do Povoado de Tabuleiro.....	105
4.41: Área de camping do Povoado.....	105
4.42 a 4.44: Construções precárias, necessidade de informações e conhecimentos técnicos.....	106
4.45: Construções recentes e o único telefone público local.....	106
4.46: Erosão na estrada do Tabuleiro.....	107
4.47: Mata ciliar onde ocorre a captação de água, para abastecer o Povoado.....	108

4.48: Estado precário da barragem onde ocorre a captação de água.....	108
4.49: Estação de tratamento de esgoto (ETE) no Povoado.....	109
4.50: Transbordamento da ETE.....	109
4.51: Posto de Saúde e de serviços de correio no Povoado de Tabuleiro.....	112
4.52: Alunos da Escola Ana Vieira de Andrade no Povoado de Tabuleiro.....	113
4.53: Almoço da marujada em dia de festa no Povoado de Tabuleiro.....	114
4.54: Mutirão na cozinha, em dia de festa no Povoado de Tabuleiro.....	114
4.55: Festa de Nossa Senhora do Rosário no Povoado.....	114
4.56: Banda de música no Povoado.....	114
4.57: Festividades religiosas no Povoado de Tabuleiro.....	115
4.58: Festividades religiosas no Povoado de Tabuleiro.....	115
4.59: Ora-pró-nobis, verdura da culinária mineira.....	116
4.60: Igreja do Sagrado Coração de Jesus e, ao fundo, Escola Ana Vieira de Andrade.....	116
4.61 e 4.62: Presença da raça negra e branca no Povoado.....	117
4.63: Sala de aula na escola Ana Vieira de Andrade.....	118
4.64: Lazer das crianças no Povoado de Tabuleiro, brincadeiras nas ruas.....	118
4.65: Lazer das crianças no Povoado de Tabuleiro, brincadeiras nas ruas.....	118
4.66: Poço Pari, no Povoado de Tabuleiro.....	119
4.67: Campo de futebol no Povoado de Tabuleiro.....	119
4.68: Marceneiro do Tabuleiro que se estabeleceu na sede municipal.....	120
4.69: Fabricação artesanal de rapadura.....	121
4.70: Pousada do Angico.....	121
4.71: Pousada Gameleira.....	121
4.72: Agricultoras do Tabuleiro e suas enxadas.....	122
4.73: Curral e animais ao lado da igreja.....	123
4.74: Tabuleirense no Mercado Municipal de Conceição do Mato Dentro – MG.....	124
4.75: Montanhas e vegetação do Tabuleiro.....	125

4.76: Cachoeira do Tabuleiro.....	125
4.77: Vegetação do Tabuleiro.....	125
4.78: Mulher Maxacali com a filha contemplando a cachoeira.....	126
4.79: Paisagem natural da Serra do Intendente – MG.....	127
4.80: Alto da cachoeira do Tabuleiro.....	128
4.81: Piscina natural sob a cachoeira.....	128
4.82: Matas do Povoado.....	128
4.83: Banhistas no Poço Pari.....	129
4.84: Banhistas na cachoeira do Altar.....	129

CAPÍTULO 5

5.1: Vista do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo.....	133
5.2: Pastagens na área do Parque.	134
5.3: Casa localizada próximo ao Ribeirão do Campo.....	135
5.4: Casa de João Ferreira, na divisa com o Parque.....	136
5.5: Dona Cota (90 anos).....	136
5.6: Fornalha de fazer farinha de mandioca.....	136
5.7: Lazer na área do Parque, pressão antrópica.....	138
5.8: Camping no Parque, pressão antrópica.....	138
5.9: Lazer na área do Parque, pressão antrópica.....	138
5.10: Trilha de acesso à cachoeira, inclinação de 48%.....	140
5.11: Acesso à cachoeira, precariedade das trilhas.....	140
5.12: Salva-vidas na área da cachoeira do Tabuleiro.....	141
5.13: Queimada na região do Parque, desertificação.....	142
5.14: Erosão e assoreamento de rio, na ponte do Rio Preto.....	143
5.15: Erosão e assoreamento de rio, na beira da estrada do Parque do Tabuleiro....	143
5.16 a 5.19: Pisoteio e abertura de trilhas por motos, veículos <i>off road</i> e animais.....	144
5.20: Estrada interdita no Campo Redondo, nas imediações do Parque, questão fundiária....	145

5.21: Ribeirão do Campo, região próxima à nascente.....	145
5.22: Inauguração da Sede do Parque.....	146
5.23: A expansão do setor de construção no Povoado.....	147
5.24: Vista do Povoado do Tabuleiro.....	148
5.25: Segunda residência de lazer no Povoado de Tabuleiro.....	149
5.26: Segunda residência de lazer no Povoado de Tabuleiro.....	149
5.27: Vila Caetano (na sede municipal), cuja população é oriunda do Tabuleiro.....	150
5.28: Lixo pelas ruas e acúmulo de carros e motos no Povoado.....	150
5.29: Bar Rupestre, o mais freqüentado no Povoado de Tabuleiro.....	151
5.30: Acúmulo de carros no Povoado.....	152
5.31 Carros e motos obstruindo a passagem.....	152
5.32: Trânsito interrompido sobre a ponte do Rio Preto.....	152
5.33: Animal nas ruas, usado como meio de transporte.....	153
5.34: Cavalos e aves no adro da igreja do Tabuleiro.....	153
5.35: Aspecto rural do Povoado de Tabuleiro, curral ao lado da igreja.....	154
5.36: Manifestação cultural: marujada no Tabuleiro.....	155
5.37: Cultura tropeira no Povoado de Tabuleiro.....	155
5.38: Construção da igreja local: mutirão.....	155
5.39: Fabricação artesanal de rapadura.....	155
5.40: O Tabuleiro no circuito Estrada Real.....	158
5.41: Placa da Estrada Real em Minas Gerais.....	158
5.42: Mudanças recentes na paisagem do Povoado de Tabuleiro.....	159
5.43: Início da implementação das obras da Trilha do Parque do Tabuleiro.....	165
5.44: Brigada de Incêndio.....	166
5.45: Programação da 11ª Semana Ecológica de Conceição do Mato Dentro – MG.....	166
5.46: Parque Natural Municipal Salão de Pedras em Conceição do Mato Dentro – MG.....	167

Lista de Tabelas

- As fontes e créditos das tabelas estão citados nas respectivas legendas.
- A numeração das tabelas distribuídas nas páginas segue a seqüência de cima para baixo.

CAPITULO 2

2.1 – População residente em Conceição do Mato Dentro – 1970/2000.....	54
2.2 – Taxa de crescimento e de urbanização (%) Conceição do Mato Dentro 1970/2000.....	54
2.3 – População residente por faixa etária – Conceição do Mato Dentro 1991/2000...	55
2.4 – Distribuição (%) dos chefes de família por faixas de remuneração – Conceição do Mato Dentro – 1991.....	55
2.5 – Distribuição (%) do PIB por setor Conceição do Mato Dentro 1985/90/95/99.....	58
2.6– Participação (%) no PIB total de Minas Gerais Conceição do Mato Dentro 1990/95/99.....	58

CAPITULO 4

4.1 – Tipos de casas no distrito de Tabuleiro – 2005.....	102
4.2 – Abastecimento de água no distrito de Tabuleiro -2005.....	108
4.3 – Tratamento de água domiciliar no distrito de Tabuleiro -2005.....	108
4.4 – Destino de fezes/urina no distrito de Tabuleiro -2005.....	109
4.5 – Destino do lixo no distrito de Tabuleiro -2005.....	110
4.6 – Famílias cadastradas pelo PACS – no distrito de Tabuleiro do Mato Dentro – 2005.....	111
4.7 - Escolaridade no distrito de Tabuleiro -2005.....	112

Lista de Quadros

- As fontes e créditos dos quadros estão citados nas respectivas legendas. No caso dos quadros elaborados pelo autor não se faz a citação.

CAPITULO 5

5.1: Roteiros turísticos trabalhados, em Minas Gerais, para obtenção de padrão de qualidade internacional.....	157
5.2: Produtos turísticos apresentados por Minas Gerais no Salão do Turismo em São Paulo – 2005.....	160

Lista de Siglas

APA – Área de Proteção Ambiental

ASCOTA – Associação Comunitária do Tabuleiro

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPAM - Conselho de Política Ambiental

DDD – Discagem Direta a Distância

DDI – Discagem Direta Internacional

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

FJP – Fundação João Pinheiro

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IER - Instituto Estrada Real

IGA – Instituto de Geociências Aplicadas

INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação e Cultura

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITER - Instituto de Terras, órgão estadual que sucedeu a Ruralminas

MAB – Programa “Man and Biosphere” (Homem e a Biosfera), da Unesco

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTur – Ministério do Turismo

NEPA – “*National Environmental Policy Act*” (Ato sobre Política Ambiental Nacional – EUA)

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organizações das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde

PARNA – Parque Nacional

PCA – Plano de Controle Ambiental

PDL – Plano Diretor Local

PDOT – Plano Diretor de Ocupação Territorial

PIB – Produto Interno Bruto

PMT – Plano Municipal de Turismo

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Programa Nacional de Turismo

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RCA – Relatório de Controle Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

Ruralminas - Fundação Rural Mineira, entidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais.

SAT – Sociedades Amigos do Tabuleiro (ONG)

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMAD – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SETUR – Secretaria de Turismo de Minas Gerais

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

TELEMAR – Companhia Telefônica

TELEMIG – Companhia Telefônica de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicentro Newton Paiva – Centro Universitário Newton Paiva

UTM – Sistema Universal Transverso de Mercartor

Cada generación dibuja su perfil y su entorno; cada generación inventa su identidad y su circunstancia; cada generación excava su rostro y su paisaje. Al final, somos tan responsables del lleno como del vacío; tan responsables de la geometría como de la vegetación; y tan responsables de la mirada que contempla como del panorama contemplado.

Galiano (1997:3)

Introdução

O presente trabalho tem como foco os processos de transformação da paisagem, observados no Povoado do Tabuleiro e no Parque Municipal Ribeirão do Campo, ambos situados no distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, município de Conceição do Mato Dentro, região central de Minas Gerais. O motor das transformações, no Povoado do Tabuleiro e no Parque, é o ecoturismo. Nos últimos 15 anos, essas duas áreas, objeto de estudo deste trabalho, têm sofrido impactos resultantes do crescente desenvolvimento das atividades de ecoturismo, cuja demanda é oriunda de grandes centros urbanos como: Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo e das regiões vizinhas.

A procura pelas belezas do Tabuleiro decorre de uma série de fatores da conjuntura nacional e internacional que se evidencia a partir dos anos 70 e 80, entre eles, os movimentos culturais que emulam desejos de volta à natureza e provocam a emergência do movimento ambientalista, aos quais veio se juntar, em 1987, os efeitos da chegada do asfalto até o pé da Serra do Cipó, região vizinha, que dista, aproximadamente, 25 km da cachoeira do Tabuleiro. Essa facilidade no acesso aumentou o fluxo de turistas que, daí, se dirigem para o Parque Municipal Ribeirão do Campo (parque natural de grande beleza cênica) pelas trilhas remanescentes do ciclo do ouro. A divulgação boca a boca e/ou pela mídia das belezas naturais da região fazem crescer a cada dia o fluxo de visitantes ao parque natural do Tabuleiro.

O que se observa é que o ecoturismo, identificado como importante alternativa econômica para a diversificação das fontes de renda e de trabalho em regiões carentes, tem sido acompanhado por uma série de mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais no Distrito do Tabuleiro, e esse crescimento do interesse pelas áreas naturais traz a exigência de medidas que visem preservar as tradições culturais, o *modus vivendi* da comunidade e a paisagem natural.

A partir do final da década de 80 o povoado do Tabuleiro, de difícil acesso e carente de infra-estrutura básica, começou a sentir o reflexo do aumento da demanda pelo ecoturismo no Brasil, sem estar preparado para tal. Desde então o fluxo de turistas tem aumentado de forma significativa, ano a ano, gerando impactos positivos e negativos que se materializam na modificação da paisagem.

Embora essa mudança no cenário do Tabuleiro tenha trazido melhorias econômicas para uma parte da população local, a demanda turística tem alterado a tranquilidade a que estavam acostumados. As belezas naturais e a paisagem bucólica, que tanto atraem os turistas e que compõem o rico patrimônio natural e cultural, encontram-se ameaçadas. Uma observação e análise da paisagem do Parque Municipal Ribeirão do Campo e do Povoado do Tabuleiro (áreas objeto de estudo desta pesquisa), incluindo aí depoimentos da população local, é o caminho para se constatar os efeitos da dinâmica ecoturística nessas áreas.

No povoado do Tabuleiro, turistas têm adquirido terrenos e desempenham papéis que caberiam à população de origem. Moradores locais se sentem incomodados com o lixo, com a poluição visual e sonora, com os modos diferentes dos visitantes. Segundo alguns moradores, um problema sério no povoado é o consumo de bebidas e drogas por alguns turistas na presença dos jovens e das crianças.

Com este estudo, busca-se ressaltar a necessidade de se promover a sustentabilidade no desenvolvimento das atividades ecoturísticas no Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, procuram-se meios que possam ajudar na busca de soluções para os problemas aí diagnosticados. Parte-se da premissa de que é possível conciliar o desenvolvimento das atividades ecoturísticas com medidas que visam à conservação e à preservação dos sistemas natural e social da paisagem e à geração de rendas e empregos para a comunidade local.

A escolha do tema deve-se à sua relevância como uma das mais significantes preocupações sociais no momento atual, principalmente no Brasil. A maneira como tem sido praticada a gestão da paisagem, pode-se supor, tem sido encaminhada de modo inadequado, e os desastres naturais recentes são a prova disso. Assistem-se freqüentemente pela mídia notícias sobre o assoreamento e poluição de rios

prejudicando a fauna e a flora pertinentes, enchentes, desabamentos de encostas habitadas, trazendo sofrimentos para muitas famílias, tragédias essas que deveriam ser evitadas com um planejamento local e regional da paisagem. Por meio do Planejamento Diretor de Ocupação (PDOT) em seu aspecto mais amplo (macro) e sucessivamente pelo Plano Diretor Local (PDL) seriam enfatizados todos os aspectos que levam em conta os impactos físicos, sociais e econômicos da localidade, tendo como resultante o uso racional dos espaços, em destaque, a preservação do meio ambiente, em equilíbrio com todas as atividades desenvolvidas, compatíveis ou permitidas no local.

Os problemas sociais e ambientais, desencadeados pelo ecoturismo e que agora fazem parte da paisagem do Tabuleiro, foram os elementos-chave que geraram a motivação para a escolha do tema desta dissertação de mestrado. A escolha como objeto de estudo da paisagem do Tabuleiro e do Parque Municipal Ribeirão do Campo, bastante em evidência no cenário ecoturístico mineiro, permite trazer à tona e tratar alguns aspectos de campo específico da formação profissional do arquiteto paisagista, permitindo contribuir de alguma forma na melhoria da paisagem de sua região. Por outro lado, o tema é duplamente instigante, uma vez que tanto o estudo da paisagem quanto do ecoturismo envolvem conhecimentos multidisciplinares que tornam o relacionamento de idéias em torno deste tema, uma empreitada, se bem que trabalhosa, prazerosa e interessante.

Há de se ressaltar a importância das transformações que se observam nesta região que circunda o Parque Nacional da Serra do Cipó, cuja proximidade com uma das principais metrópoles brasileiras, Belo Horizonte, tem favorecido o desenvolvimento de várias pesquisas com diferentes propósitos. Estudiosos de instituições mineiras de nível superior como a UFMG, a PUC, o Unicentro Newton Paiva, etc. e de algumas universidades mais distantes como a USP, a UnB e outras, têm se dedicado na investigação e na busca de soluções para os problemas presentes e que podem ocorrer futuramente na paisagem desta área, de forma restrita, e da área vizinha, Serra do Cipó, de forma mais abrangente.

Desde os tempos mais distantes, a maioria dos pesquisadores da Serra do Cipó tem-se dedicado mais a aspectos biológicos da fauna e da flora dessa região e, no século 19,

vários viajantes naturalistas, que por aí passaram, percorreram, também, toda a extensão do “Mato Dentro”¹, em direção ao distrito diamantino, deixando interessantes anotações e mesmo relatórios sobre os povoados por onde passaram. Alguns deles, tais como: John Mawe, Saint Hilaire, John Spix, Carl Von Martius, Barão de Eschwege, etc. estudaram a paisagem da circunscrição administrativa de Conceição do Mato Dentro, desde o Itambé até Córregos, em seus múltiplos e diferentes aspectos, não se limitando a observar as plantas e animais (MORAIS, 1942, p. 145). E no século 20, Roberto Burle Marx, considerado o paisagista de maior destaque na história do paisagismo brasileiro, também visitou a Serra do Cipó para levantamento de espécies botânicas, a observação das mesmas em seu habitat e suas formas de associação.

No curso desta investigação, constatou-se que existe na área acadêmica um grande acervo versando sobre temas diversos, decorrentes de preocupações geradas pelo ecoturismo na área da Serra do Cipó. Tais trabalhos, como os de Gontijo (2003), Oliveira (2002), Moura (2000) e outros, versam sobre ecoturismo e seus desdobramentos (uso e ocupação do solo, perda de identidade cultural e de qualidade de vida pelas populações locais, deterioração da paisagem, etc.), nas localidades de Lapinha, Cardeal Mota, Morro do Pilar, etc. Essas localidades, assim como o Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, também compõem a paisagem da Serra do Cipó e da Reserva da Biosfera do Espinhaço. Dos trabalhos revisados, o que mais se alinha com o estudo desenvolvido nesta pesquisa é o de Oliveira (2002), cujos objetivos visam à construção sustentável da paisagem da Serra do Cipó, por meio do controle das transformações socioespaciais que aí ocorrem.

A maior relevância deste trabalho reside em ser um estudo que, mesmo se preocupando com os problemas naturais, dá prioridade às necessidades da população que mora no Povoado, ao lado do Parque que, segundo os tabuleirenses, foi criado como se não houvesse população no seu entorno. Trabalhos aí desenvolvidos por estudiosos da UFMG, como o de Salino et al. (s/d), *Levantamento da Flora do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo*, que se atem a aspectos botânicos e o de Padilha et al. (2003) *Inventário, Estrutura da Comunidade e Estudo do Ciclo Reprodutivo da Ictiofauna do Parque Municipal Ribeirão do Campo*, são levantamentos

¹ Mato Dentro é a tradução de “Caeté”, a floresta densa em que os índios se embrenhavam e onde logo se multiplicaram arraiais mineradores.

de biólogos, cujos objetivos diferem dos dessa pesquisa. O que mais se aproxima é o desenvolvido por alunos do Unicentro Newton Paiva, Prates et al., (2001), trabalho de graduação para conclusão do curso de turismo, com o seguinte título: *O Turismo em Unidades de Conservação: O Caso do Parque Municipal Ribeirão do Campo em Conceição do Mato Dentro – MG.*

Quanto à literatura disponível pertinente a esse tipo de estudo, destacam-se os trabalhos de José Pedro de Oliveira Costa (2000), desenvolvido na Serra da Mantiqueira, com o título: *AIURUOCA Um Estudo de Conservação do Ambiente Natural e Cultural*, e o de Antônio Cândido Mello e Souza (1975) que apresenta profunda análise da vida caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, em *Os Parceiros do Rio Bonito*.

Embora uma das características mais marcantes de nosso país seja a ocorrência de grande quantidade de paisagens notáveis de forte apelo cênico, onde a demanda turística é bem significativa, tanto nas montanhas como no litoral, exigindo um planejamento paisagístico, são poucos os trabalhos que enfocam tal aspecto, no âmbito da área de conhecimento da Arquitetura da Paisagem, com destaque para Macedo (1992), Pelegrino (2000), Yazigi (2001, 1996), Murta e Albano (2002), Santiago (2001) e outros.

A pesquisa no Brasil na área do paisagismo está em franco progresso e segue basicamente quatro grandes linhas: uma de caráter teórico abrangendo formulações básicas para o entendimento das posturas sociais perante a paisagem nacional; uma outra de caráter historicista, buscando as origens do projeto paisagístico brasileiro; a terceira desenvolvendo o conhecimento da paisagem urbana e a quarta, se atendo ao planejamento paisagístico. A origem de grande parte desses trabalhos deve-se à iniciativa pioneira da arquiteta e paisagista Miranda Martinelli Magnoli, que no início dos anos 70 montou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), um grupo de ensino e pesquisa de paisagismo. O presente trabalho é concernente à quarta linha de pesquisa, uma vez que investiga problemas intrinsecamente relacionados com o planejamento da paisagem em duas áreas pertencentes ao distrito de Tabuleiro do Mato Dentro em Minas Gerais.

A importância deste estudo está, também, na possibilidade de se poder contribuir com estudos que podem ajudar na consolidação e no desenvolvimento da área de conhecimento da Arquitetura da Paisagem. Também poderá contribuir para o conhecimento e a preservação de uma área considerada prioritária, quanto à proteção do Bioma Cerrado, considerado pela Unesco como um *hotspot*, isto é, um dos biomas de maior biodiversidade e mais ameaçado de destruição no planeta, assim como para a proteção de mananciais na Serra do Espinhaço, porque aí se concentram as nascentes de inúmeros cursos d'água, que compõem duas importantes bacias, a bacia do Santo Antônio, que a jusante, abastece várias comunidades até desaguar na bacia do Rio Doce, rio de grande importância regional. Além disso, pode resultar em medidas que visem à conservação da expressiva biodiversidade da área, a qual favorece a formação de corredores ecológicos para a fauna. Essa rica biodiversidade constituiu um dos fatores relevantes na aceleração do processo solicitado pelo Estado ao Programa “*Man and Biosphere - MAB*”, da Unesco, para a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (COSTA et al., 1998, p. 61), que foi deferido em 27 de junho de 2005.

Outra possível contribuição é no sentido de que existe uma grande carência de estudos sobre a temática do planejamento da paisagem em áreas ecoturísticas, no que diz respeito à proteção dos acervos culturais e naturais e à implantação de infra-estrutura adequada e compatível com as necessidades do ecoturismo.

Pela dinâmica local, deduz-se que é preocupante o futuro do Tabuleiro. E é agora, ainda no início, o momento de se estabelecer normas e padrões que conduzam a um desenvolvimento sustentável, quando ainda é possível direcionar esse crescimento. Este estudo pretende gerar conhecimentos que colaborem para uma reflexão e prática dos profissionais aí envolvidos, e num auxílio na tomada de decisão quando de novas iniciativas, com investigação de alternativas de ações que conciliem as necessidades sociais com as possibilidades da paisagem natural, evitando assim, que o ecoturismo destrua as bases que o fazem existir.

O Distrito de Tabuleiro, que antes vivia no anonimato, hoje, devido às práticas ecoturísticas, sente a importância e a necessidade de um trabalho de resgate de suas origens, usos e costumes, bem como o registro e divulgação das riquezas naturais da região. O que se sabe é por história oral, fornecida pelos mais idosos, cujo falecimento

acarretará em perda de referências. O fato de a localidade do Tabuleiro ter passado a distrito, recentemente, em agosto de 2003, explica, em parte, a falta de registros pertinentes à sua história. Que este trabalho sobre questões relacionadas com a Paisagem e o Ecoturismo no Distrito do Tabuleiro, priorizando as áreas que representam nosso objeto de estudo: o Povoado do Tabuleiro e o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, represente o primeiro passo na direção da formação de um acervo abrangente sobre a história da região.

Assim, o objetivo deste estudo é pensar, refletir sobre as transformações provocadas pelo ecoturismo no Tabuleiro e, quiçá, contribuir para novos entendimentos no trato da paisagem do Povoado e do Parque Municipal Ribeirão do Campo, diagnosticando os problemas atuais e futuros que a corrente forma de uso destas áreas pode gerar, suas conseqüências na paisagem natural e social, visando subsidiar a formulação de políticas de proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais, assim como de um planejamento da paisagem com sugestões de equipamentos para recreação e lazer, que facilitem o convívio mutuamente benéfico entre turistas e comunidade anfitriã.

Ciente da reprodução de situações semelhantes em outras localidades do país, acredita-se que o grau de pertinência deste trabalho possibilite a criação de parâmetro de estudo para outras regiões e a geração de referencial bibliográfico para os meios técnicos e acadêmicos, podendo subsidiar as medidas corretivas a serem adotadas pelo poder público na elaboração de um planejamento do desenvolvimento e da paisagem em regiões ecoturísticas, que considerem as potencialidades, os condicionantes ambientais e as necessidades da população local, buscando soluções que tenham relevância social, viabilidade econômica e prudência ecológica, contribuindo assim para possibilitar a integração pacífica entre o ecoturismo e a paisagem, para minorar as mazelas e melhorar a qualidade de vida do povo do Tabuleiro no caso específico, e do País, de forma geral.

Considerando as limitações que lhe são inerentes, o presente estudo procura:

a) levantar as características físicas da paisagem do povoado do Tabuleiro e do Parque Municipal Ribeirão do Campo, inclusive suas fragilidades e potencialidades quanto ao uso;

b) apontar diretrizes que levem ao desenvolvimento sustentável da região, considerando a história do lugar, a cultura de seu povo e o respeito à natureza.

O foco desse estudo dirige-se especialmente às transformações da paisagem de localidades onde se desenvolvem atividades de ecoturismo. A título de exemplo, procurou-se por meio de material bibliográfico ter contato com alguns relatos acerca das atividades turísticas em locais como Cardeal Mota na Serra do Cipó - MG, praia dos Ingleses - SC, Búzios - RJ, Canoa Quebrada - CE e outros. O que estes exemplos nos mostram é que as atividades turísticas em áreas de grandes belezas cênicas, na maioria das vezes, seguem etapas que se sucedem quase que religiosamente em direção à degradação das paisagens, caso providências enérgicas não forem tomadas logo que a tendência de fluxo turístico for detectado. Nesta abordagem estuda-se a viabilidade de conciliar objetivos sociais (melhora da qualidade de vida da população local) com os objetivos que visam à conservação da paisagem e dos recursos naturais.

Quanto à delimitação físico-espacial, as áreas estudadas nesta dissertação são: a paisagem urbana do Tabuleiro e a paisagem delimitada pelo perímetro do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo. O estudo integrado destas áreas requer a compreensão da dinâmica de funcionamento de seu ambiente natural, relacionada com a intervenção das ações humanas. Seu diagnóstico não pode ser formulado a partir de uma leitura estática do ambiente, e, sim, inserido no processo de ocupação territorial, norteado pelo modelo de desenvolvimento regional.

Na investigação do desenvolvimento do ecoturismo no povoado do Tabuleiro e no Parque Municipal Ribeirão do Campo, utilizou-se dos seguintes Procedimentos Metodológicos:

- Revisão bibliográfica e estabelecimento de referencial teórico sobre o desenvolvimento do turismo em áreas naturais e de conceitos pertinentes como: Paisagem, Paisagismo, Turismo e Ecoturismo.
- Caracterização das áreas objeto de estudo, com destaque para suas características paisagísticas que são seus atributos ambientais estratégicos e identificação de suas potencialidades e fragilidades.

- Investigação do surgimento e evolução dos problemas que afetam o local e a percepção dos conflitos por parte da população.
- Levantamento de informações através de: a) Consulta a livros, jornais, documentos, revistas sobre turismo e ecoturismo, publicações da prefeitura municipal e informações por meio da Internet; b) Coleta de dados de campo: entrevistas não estruturadas com pessoas que se destacam na comunidade e com os mais idosos; consultas a órgãos oficiais, municipais, estaduais e federais. Levantamento de material na prefeitura municipal: dados socioeconômicos e históricos do município através de relatórios e leis municipais; c) Coleta de mapas, fotografias, material ilustrativo, etc.;
- Análise dos dados e informações e a formulação de estratégias e conclusões.

A dissertação está estruturada em três partes e contém cinco capítulos: a **Parte I** é sobre o Referencial Teórico, desenvolvido no capítulo 1 - *Considerações sobre Paisagem, Paisagismo e Ecoturismo* e aborda os fundamentos e conceitos pertinentes à Arquitetura da Paisagem e as implicações socioespaciais nas transformações e consumo de paisagens pelas práticas ecoturísticas. Generalidades sobre o turismo e o ecoturismo e suas vantagens potenciais como fator atenuador da pobreza, a interface entre o ecoturismo e a paisagem e o papel do arquiteto paisagista na organização da 'paisagem turística. Para melhor compreensão, definem-se os conceitos de paisagem, paisagismo e de ecoturismo que, dependendo do enfoque e da área de conhecimento profissional, são considerados sob diferentes aspectos, podendo dar margem a interpretações errôneas.

A Parte II trata do estudo de caso nos capítulos 2, 3 e 4, caracterizando e delimitando a área de estudo, com destaque para suas características paisagísticas que são seus atributos ambientais estratégicos, apontando suas potencialidades e fragilidades. Realça-se a importância da área na formação de corredores ecológicos e como parte da Reserva da Biosfera do Espinhaço devido à grande biodiversidade e à importância dos ecossistemas aí existentes. O capítulo 2 – *Contexto Municipal: Conceição do Mato Dentro* apresenta a síntese do contexto municipal a cuja jurisdição pertencem as áreas tomadas como objeto do estudo de caso desta dissertação: o Povoado do Tabuleiro e o

Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, também conhecido como Parque do Tabuleiro. Caracteriza-se o município de Conceição do Mato Dentro, que se situa na região central de Minas Gerais, nos contrafortes da Serra do Espinhaço, destacando-se a sede do município, cidade histórica tricentenária, que apresenta grande potencial para o turismo histórico, ecológico e religioso. O capítulo 3 – *A Paisagem do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo* apresenta a caracterização do Parque, que atrai grande número de turistas e admiradores da natureza, cujo interesse por essa área vem desde as expedições dos bandeirantes em busca de minerais preciosos. A beleza única de suas plantas, animais, escarpas e cachoeiras já chamava atenção desde os tempos das viagens dos grandes naturalistas, como Peter Lund, Eugene Warming, Saint Hillaire, Spix, Martius e estudiosos como o Barão de Eschwege. O capítulo 4 – *O Povoado do Tabuleiro e sua Paisagem* descreve as características físico-espaciais da paisagem natural e construída do Povoado e alguns aspectos socioculturais da população local, com o intuito de mostrar a realidade dessa gente simples e trabalhadora que tenta melhorar suas condições de vida diante das oportunidades que as atividades do ecoturismo propiciam.

A Parte III: *A problemática do Povoado e do Parque do Tabuleiro em face do Ecoturismo*, aborda, no capítulo 5, de mesmo nome, os impactos positivos e negativos ocorridos na área estudada, os conflitos decorrentes da criação do Parque e seus desdobramentos em termos de Políticas, Planos e Ações desenvolvidos nas esferas municipal, estadual e federal, voltadas para o desenvolvimento do turismo no Município, tendo o ecoturismo no Povoado e no Parque do Tabuleiro como eixo principal dessas políticas. Finalmente, apresentam-se os resultados do trabalho e faz-se a conclusão com as devidas recomendações.

PARTE

I

Referencial Teórico

Capítulo 1:

Considerações sobre Paisagem,
Paisagismo e Ecoturismo

1.1 Paisagem e Paisagismo

1.2 Turismo e Ecoturismo

1.3 O Ecoturismo e a Paisagem

1.4 O Arquiteto Paisagista e a Organização
da Paisagem para o Ecoturismo

Considerações sobre Paisagem, Paisagismo e Ecoturismo

1.1 Paisagem e Paisagismo

Através da história, ao termo “paisagem” se tem atribuído diferentes significados dependendo do contexto cultural, científico e social de um momento determinado. Diferentes categorias profissionais têm conceituado paisagem de maneira peculiar, dependendo do modo como se relacionam com a mesma. Assim, para o arquiteto paisagista, a paisagem tem um sentido e para o urbanista, outro, embora com muitos pontos em comum com o paisagista, e para o biólogo, a paisagem é algo totalmente diferente, o que resulta em formas distintas de abordagem. Em alguns dicionários, seu significado é “espaço de território que se alcança num lance de vista; gênero literário ou de pintura que descreve ou representa o campo ou cenas campestres”.

Para o geógrafo, “paisagem pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, que é sempre um processo seletivo de apreensão. A tarefa do geógrafo é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado” (SANTOS, 1996, p. 61-62). É claro que estas visões de paisagem e outras mais não são completas nem plenamente verdadeiras, o que resulta, às vezes, em posturas inadequadas.

Hoje se entende que as diferentes visões de paisagem são complementares e nenhuma pode sobreviver sozinha, mesmo em instâncias quando uma visão deve ter

prevalência sobre outras. Busca-se um conceito de paisagem mais holístico, que resulte dos mais diferentes olhares sobre a mesma, de forma a compreendê-la desde os mais diferentes pontos de vista, complementares e indispensáveis. Desses olhares diversos sobre a paisagem, destaca-se a importância da percepção da paisagem, ou percepção ambiental, um tema que tem despertado o interesse de alguns pesquisadores, que tentam compreender as inter-relações do homem com os ambientes e as paisagens, admitindo que também estes podem influenciar comportamentos específicos, individuais e de grupo, conscientes ou inconscientes.

Macedo (1999, p. 11) adota a idéia de paisagem como “a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo”. A paisagem é considerada, então, como um produto e como um sistema. Como um produto, porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como um sistema, à medida que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total.

Na área da Arquitetura da Paisagem, entende-se paisagem “como produto das interações entre os processos naturais e culturais na escala do território”. Daí o objeto de estudo do paisagista ser a Paisagem, que é uma construção social, e é dentro desse âmbito que deve ser entendida. Sua proteção não deve ser vista como um fim em si, mas como um meio de proteger a sociedade que nela vive, contra usos predatórios que destroem suas próprias possibilidades de sobrevivência. Essa é a maneira que a grande maioria de paisagistas de destaque, desde Olmsted, passando por Burle Marx e outros dos tempos atuais entenderem a paisagem, isto é, em termos de “resultante dos processos naturais e sociais”. Frederick Law Olmsted, considerado o “Pai da Arquitetura da Paisagem”, já incorporava esse conceito em sua atuação profissional, no século 19. Ressalte-se que neste presente trabalho assume-se o paisagismo que reafirma esse entendimento da paisagem.

Olmsted denominou de “Arquitetura da Paisagem” a área de atuação do paisagista e sua justificativa para esta designação era de que a paisagem deveria ser tratada de forma prática como fazem os arquitetos, isto é, após a análise e o diagnóstico dos problemas, as soluções seriam encaminhadas por meio de desenhos (BARCELLOS, 1999, p. 16).

A idéia de lugar com suas especificidades, com os símbolos dos indivíduos, dos grupos humanos enquanto se realizam como pessoas e como sociedade, tem sido incorporada ao conceito de paisagem, que acaba se confundindo com o conceito de lugar, já que a paisagem vivenciada torna-se lugar enquanto síntese da experiência localizada. Daí, a paisagem ser entendida como o cenário que nos rodeia, participa e conforma o nosso cotidiano, que embora correto, não se resume a isso. Ela abarca muito mais, inclusive no plano do invisível.

Aos arquitetos paisagistas, profissionais que atuam na conformação do lugar humano, compete encontrar a expressão de um modo de vida, que por suas qualidades formais, defina e qualifique tanto os aspectos sensíveis, afetivos quanto os aspectos funcionais. Ressalta-se que as diferenças, as desigualdades, a heterogeneidade, a diversidade e a complementaridade são intrínsecas à compreensão da paisagem, da natureza, e é importante frisar que o homem deve ser considerado não como um mero observador da paisagem, mas como parte integrante dela.

Também é preciso que os arquitetos paisagistas estejam atentos ao fenômeno da homogeneização das paisagens, cada vez mais freqüente em diferentes lugares do mundo e a diversificação crescente no interior de cada lugar, decorrentes do processo de globalização que vem se expandindo cada vez mais. Urge que estejam particularmente atentos para formas de planejamento territorial que, ao colocar metas de equalização, de uniformidade, pretendendo superar disparidades regionais, ao copiar modelos de paisagens abstratas, desconhecidas, acabam com o ambiente, criando o que Marc Augé (1994) denomina de não-lugares. E essa descaracterização da paisagem carrega consigo, na deteriorização, a natureza, e mais grave, as formas de compreensão e atuação da sociedade sobre sua própria natureza.

A paisagem é um produto da combinação dos processos da natureza e da cultura humana em variadas proporções, refletindo os usos e abusos das atividades que nela se desenvolvem. A expressão humana na paisagem resulta de uma série de decisões feitas por muitas pessoas, em vários tempos e espaços. Para o arquiteto paisagista, é nesse espaço significativo que está o seu campo de trabalho e isto exige que ele conheça a base de seu trabalho: a **paisagem**, seu significado atual e os meios para

se obter um desenho consciente e responsável, e isto requer conhecimentos de campos diversos como da Ciência, da Técnica e da Arte.

Ao se analisar uma paisagem identifica-se inicialmente seus componentes principais que se enquadram nas três categorias ou meios: o Biótico – compreendendo o conjunto dos componentes vegetais e animais; o Abiótico – agrupando todos os elementos abióticos (solo, clima, hidrografia, etc.) e a Intervenção Antrópica, interferindo nos dois primeiros. A visão ambiental da paisagem e a consideração integrada dos vários campos de conhecimento que contribuem para seu estudo constituem o fundamento sobre o qual se desenvolve a teoria e a prática do paisagismo.

No Brasil, o paisagismo não é uma prática restrita aos arquitetos, que a dividem com os profissionais da área de agronomia, mas percebe-se que, devido ao tipo de formação, os enfoques são diferentes nos projetos; pois, enquanto os agrônomos demonstram um melhor desempenho ao trabalhar com a vegetação, os arquitetos se sobressaem na composição dos espaços construídos.

Para a maioria das pessoas a palavra paisagismo está associada simplesmente à vegetação, ao cultivo e plantio e à elaboração de jardins e parques, e muitas vezes, um simples jardineiro se denomina ou é considerado um paisagista, porém, esta é uma visão distorcida da realidade, pois o profissional que lida com a arquitetura da paisagem tem, antes de tudo, o compromisso com a elaboração do espaço em si mais do que com os elementos que o compõem, que, além da vegetação, inclui o solo, a água, os elementos construídos e os aspectos bioclimáticos como luz, cor, som, cheiros que permeiam o mundo sensorial.

Apesar de a profissão de arquiteto paisagista ganhar cada vez, mais importância, e a evidência disso é o crescente aumento no número de cursos e escolas na área, ainda estamos longe do reconhecimento ideal. A real importância do arquiteto ainda não foi percebida pela maioria das pessoas e parece que o paisagismo, não raramente, é visto como um luxo ou uma espécie de maquiagem para melhorar ou consertar erros do projeto arquitetônico. Tal idéia é reforçada quando vemos que o arquiteto paisagista só é chamado no final da construção, quando, na maioria das vezes, os recursos financeiros para a obra já estão quase que exauridos. Esta mentalidade de

se considerar o paisagismo como um apêndice da arquitetura tem que ser revista e substituída pela prática de se conjugar arquitetura e paisagismo desde o início da concepção, na etapa dos riscos preliminares, quando ainda existe a possibilidade de se tirar partido de uma série de condicionantes físicos do terreno e do entorno, tais como da orientação solar, do relevo, da vegetação existente, das visuais dominantes, etc.

Tradicionalmente, o papel do arquiteto paisagista iniciou-se na concepção do jardim associado a edifícios, como expoente artístico e estético da natureza ordenada, tendo-se alargado, posteriormente, a partir do século 19, aos projetos de parques públicos, áreas de recreação e de grandes espaços verdes urbanos e, já a partir da segunda metade do século 20, ao ordenamento global da paisagem rural e urbana, através de planos e projetos em múltiplas escalas, indo da escala local, passando pela regional, chegando à macroescala do território, quando o desenho da paisagem baseado apenas em valores estéticos e na funcionalidade perderam a razão de ser. O fato ficou mais evidenciado quando foi aprovado o “*National Environmental Policy Act*” (NEPA) pelo Congresso dos Estados Unidos em 1969, estabelecendo os ditames da política ambiental americana sob bases conservacionistas (FRANCO, 1997, p. 31).

A partir daí cria-se, nos Estados Unidos, uma nova linha de trabalho para os arquitetos paisagistas, baseada na visão ecológica do mundo, que é a linha de Planejamento e Desenho Ambiental iniciada por Ian McHarg, na Escola da Pensilvânia e por Lawrence Halprin. O primeiro ficou conhecido por seus planos ambientais de nível regional baseados no conceito de desenvolvimento sustentável e na minimização de impactos sobre os recursos naturais e culturais. O segundo destacou-se por trabalhos ambientais de participação comunitária, como é o caso do Plano para a comunidade de Everett (FRANCO, 1997, p. 31-32).

McHarg e Halprin inspiraram-se no trabalho do ornitólogo Eugene P. Odum, *Fundamentals of Ecology*, publicado em 1953, o qual veio a se transformar num livro básico de todo estudante de ecologia. Os conceitos do livro revolucionaram o método de abordagem do planejamento urbano e regional, criando uma nova frente de trabalho para os arquitetos e planejadores, que passou a chamar-se Planejamento e Desenho Ambiental (FRANCO, 1997, p. 32).

1.2 Turismo e Ecoturismo

O fenômeno turístico é relativamente recente. Segundo Dias (2003, p. 10), em sua versão moderna o turismo surgiu na segunda metade do século 19, quando, em 1841, o inglês Thomas Cook organizou uma viagem para levar um grupo de 570 passageiros a um congresso de alcoolismo, em Longborough, na Inglaterra.

Conforme dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), no final do século 20, o turismo converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo, superando setores tradicionais, como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera e tende a crescer 7,5% ao ano nos próximos dez anos. Movimenta o equivalente a quase 11% do PIB mundial e emprega aproximadamente 10% da força de trabalho global.

Além do mais, segundo a OMT (2003), o turismo, em relação aos outros setores de produção, apresenta vantagens potenciais como fator atenuador da pobreza: a) tem um maior potencial para inter-relacionar-se com outros setores de produção; b) requer muita mão-de-obra e emprega uma porcentagem alta de mulheres²; c) tem possibilidades em países pobres e em zonas que não têm outros produtos competitivos para exportar; d) os produtos turísticos podem ser criados a partir de recursos naturais e culturais, capital que alguns países pobres possuem.

Muitas desvantagens do turismo, como as fugas e instabilidade das rendas geradas, são comuns a outros setores econômicos e a OMT está convencida de que o turismo tem um potencial considerável para o crescimento em numerosos países em desenvolvimento, onde representa um setor econômico significativo que não deixa de crescer. E é o ecoturismo o segmento que tem apresentado maior crescimento ao longo dos anos. Apenas na última década, ele expandiu sua atividade em 57% e tem se inserido, cada vez mais, nas políticas de promoção do desenvolvimento

² Acredita-se que tal característica colabora com as estratégias de alguns setores de políticas públicas que têm dado relevância à questão de gênero ao investir em programas cujos objetivos visam à redução da pobreza, pois, observa-se que, no seio dos segmentos menos favorecidos da população, quando uma família se desfaz, é a mulher que, na maioria das vezes, assume a responsabilidade pelos filhos.

econômico e social, configurando-se, no momento, como importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável³.

O fato é que o ecoturismo sempre traz a possibilidade de gerar rendas e empregos. Quando bem conduzido, pode representar para muitas populações e regiões brasileiras uma das poucas alternativas para alavancar uma melhoria em suas condições de vida, pois, via de regra, as paisagens notáveis, em muitos casos, coincidem com terras pouco férteis com baixo potencial econômico, áreas sem muitas vocações, onde a maior parte das terras são inadequadas para uma agricultura de maior retorno financeiro, tipo soja, milho, arroz, feijão, etc. e o desenvolvimento de uma pecuária de maiores rendimentos se torna inviável devido ao relevo movimentado, com os chapadões e os solos de cascalheira ou de areia que por aí abundam.

Embora o desenvolvimento do turismo no Brasil seja um fenômeno relativamente recente, a produção de conhecimento no meio acadêmico é bem significativa, principalmente sobre ecoturismo, destacando-se as contribuições de Yáziqi (2001), Mendonça (2003), Banducci e Barreto (2001), Faria e Carneiro (2001), Andrade (1997), Bahl (2003) e outros.

Parte do turismo realizado atualmente no Brasil acontece em áreas naturais e o Instituto de Ecoturismo⁴ contabiliza, no país, meio milhão de pessoas praticando o ecoturismo nessas áreas, quando têm a oportunidade de conhecer e apreciar a natureza, da qual esse tipo de turismo é um grande consumidor.

Mas, o que se denomina hoje de ecoturismo já era praticado antes, nos séculos 19 e 20, pelos “*amantes da natureza*”. Na verdade, o ecoturismo é fruto de uma nova sensibilidade com relação à natureza que emerge nos séculos 17 e 18. Anteriormente, na Idade Média, a visão antropocêntrica vigente colocava o homem no centro do universo e este percebia a natureza como ameaçadora, incontrolável e selvagem, como um conjunto de fenômenos inexplicáveis, que lhe

³ Ver Embratur (1994, p. 12).

⁴ O Instituto de Ecoturismo do Brasil é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado em 1995, com o objetivo de difundir os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, junto ao *trade* ecoturístico, visando à conservação dos recursos naturais, culturais e históricos. Faz parcerias em trabalhos com a Embratur, Sebrae, SOS Mata Atlântica e outros.

cabia dominar. Porém, a partir das transformações culturais e sociais que a Revolução Industrial suscitou nas cidades, ocorre uma mudança no padrão de percepção do mundo natural.

A experiência urbana marcada pelas inóspitas condições ambientais impulsionou o surgimento de um sentimento estético e moral de valorização da natureza selvagem, não transformada pelos humanos. Esse fenômeno iria repercutir na emergência tanto das chamadas novas sensibilidades para com a natureza, a partir do séc. XVII na Inglaterra, quanto das idéias de valorização do mundo natural selvagem (*wilderness*) nos Estados Unidos, principalmente no séc. XX... essa importante transformação cultural chega até os dias de hoje como uma das raízes de longa duração do ambientalismo contemporâneo (CARVALHO, 2004, p. 100-101).

A valorização das paisagens naturais, o hábito do passeio no campo ou nas montanhas para desfrutar e contemplar a natureza são fortes no século 19.

As montanhas, que em meados do século 17 eram odiadas, consideradas 'monstruosas excrescências', tinham se transformado, cerca de um século depois, em objetos da mais elevada admiração estética. [...] Quanto mais selvagem a cena, maior o seu poder de inspirar emoção (THOMAS, 1989, p. 307).

É com o surgimento dessa nova sensibilidade com relação à natureza que se desenvolve o hábito de cultivar plantas e de ter animais de estimação. Também resulta dela a mania da *cottage* inglesa, da jardinagem da paisagem (Kent e outros que lhe seguem os passos). A origem das áreas protegidas na Inglaterra e depois a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos (o Yellowstone Park, em 1872 e o Yosemite, em 1890) bem como o Itatiaia, em 1937 no Brasil, também resultam dessa nova sensibilidade. Ainda no século 19, Frederico Law Olmsted criou os primeiros Sistemas de Parques e Cinturões Verdes nos Estados Unidos da América. Ele acreditava que o poder curativo do cenário natural era universal e que “o contato com a paisagem natural era

essencial para a moral, a saúde e a felicidade do homem” (LAURIE, 1983, p. 22-23). Sua visionária rede de parques, avenidas-parque, avenidas e espaços livres era nova para os americanos. Também é fruto dessa sensibilidade e da melhoria das condições de segurança nos arredores das cidades que as viagens na Europa se intensificam, dando início às viagens turísticas. Muitos dos viajantes saem em busca das ruínas grego-romanas, dos grandes cenários naturais e das pesquisas, buscando conhecer o mundo natural.

Esse interesse pela natureza persiste até hoje e pode ser notado na crescente busca das práticas do ecoturismo pelos brasileiros. Uma evidência da importância que o ecoturismo vem assumindo no país é registrada pelo Ministério do Meio Ambiente, que no ano 2000, contabilizou, no Brasil, mais de 25 publicações periódicas sobre turismo e meio ambiente, a existência de 1.600 *ecolodges* (refúgios de selva), além de 300 agências e operadoras comercializando produtos de ecoturismo. O mercado ecoturístico tende a crescer cada vez mais, tendo em vista a divulgada diversidade da paisagem brasileira e a necessidade que o país tem de criar divisas internacionais, situação essa partilhada por alguns países do terceiro mundo, que têm obtido também significativos êxitos no desenvolvimento e na consolidação dessas atividades, como Costa Rica, África do Sul, Quênia, dentre outros.

O adequado aproveitamento de paisagens ainda pouco exploradas pode propiciar a abertura de novas alternativas econômicas e a conseqüente melhoria das condições de vida das populações envolvidas. Também, pode ser um importante instrumento de desenvolvimento mais harmonioso do País, promovendo a transferência de renda das regiões mais ricas para aquelas menos desenvolvidas, diminuindo as desigualdades regionais.

O surgimento do ecoturismo no Brasil está relacionado com os vínculos entre turismo e ambientalismo e surge no País a partir de três momentos que continuam até hoje.

O primeiro, o do excursionismo, fenômeno típico da primeira metade do século 20, representa o aspecto mais aventureiro da atividade e se caracteriza por sua

forma de organização a partir de instituições que fomentam esse tipo de atividade. O Centro Excursionista Brasileiro, o mais antigo do Brasil, fundado em 1919, com sede no Rio de Janeiro, e que teve seu ápice nos anos 50, desenvolve muitas atividades e congrega grande número de sócios, procurando desenvolver uma convivência pacífica com ambientes naturais. Outro exemplo é o Escotismo,⁵ praticado em muitos países por milhares de jovens que aprendem a nutrir um acentuado respeito pela natureza, com declarado compromisso para com a preservação do meio ambiente e conseqüentemente com as paisagens. O Camping Clube do Brasil é outra organização que estimula o que depois viria a se chamar ecoturismo.

O segundo momento, que se expressa por meio dos movimentos de contracultura, hippies, etc. – não formalmente organizados – promovem o “pé na estrada” descobrindo lugares sem infra-estrutura, tais como Canoa Quebrada, Arembepe, Porto Seguro, Búzios, etc., desconhecidos àqueles que faziam turismo na época. Desses movimentos de contestação, constituídos principalmente de jovens, e imersos no clima contracultural, articulavam as influências do movimento estudantil de 1968, da nova esquerda e do pacifismo, em um ideário utópico de mudança social e existencial. Caracterizados por um conjunto de valores e padrões de comportamento que contradiziam diretamente o *status quo* da sociedade dominante, surgem grupos, associações e organizações não-governamentais, primeiramente (na década de 60) nos Estados Unidos e Europa e depois (nas décadas de 70 e 80) na América Latina, denunciando os riscos e impactos ambientais e sociais gerados pelo modo de produção e consumo das sociedades industriais modernas (CARVALHO, 2004, p. 46).

E o terceiro momento, caracterizado pelas preocupações com a questão ambiental, se refere a estudos do ambiente, de aspecto interpretativo e educativo, e decorre do movimento ambientalista ou ecológico nas décadas de 80 e 90, época em que se começa a falar de “ecoturismo”, no Brasil. Embora o surgimento das primeiras lutas ecológicas no Brasil tenham ocorrido na década de 70, quando, em plena ditadura, o então secretário do meio ambiente Paulo Nogueira Neto lança as bases da atual

⁵ Escotismo - movimento educacional não formal para jovens, sem fins lucrativos, com a participação de adultos voluntários. Foi fundado pelo general inglês Lord Robert Stephenson Smyth Baden Powell, em 1907.

política ambiental brasileira, é nos anos 80, em pleno processo de redemocratização e abertura política, que surgem os novos movimentos sociais, como o ecologismo, com as características contestatórias da contracultura (CARVALHO, 2004, p. 49), e no plano governamental foi consolidada a política ambiental brasileira, no tocante à regulamentação, legislação e controle das questões ambientais. É de se notar que esses três movimentos se encadeiam e são representativos dos momentos históricos em que ocorreram (anos 50, 70 e 90).

Como causa da expansão da prática do ecoturismo, inúmeros trabalhos apontam as externalidades negativas produzidas pela vida urbana. A partir da segunda metade do século 20, o agravamento dos problemas urbanos, ambientais e sociais levou um significativo número de pessoas a procurar um novo tipo de recreação em áreas cuja beleza cênica, proporcionada pelos elementos da natureza (água, solo, flora e fauna, entre outros), possibilitasse o “desligar e relaxar, fugir da vida diária, mudar de ambiente e recuperar as forças em contato com a natureza” (KRIPPENDORF, 2001, p. 62).

Mais que o agravamento dos problemas urbanos, o crescimento das práticas ecoturísticas reflete, também, as grandes mudanças de comportamento que começam a ser detectadas no mundo, na década de 60, com a percepção de crises mais amplas proporcionadas pelas transformações econômicas, sociais e culturais.

No Brasil dos anos 70, vivia-se a explosão das cidades inchadas pelo desenvolvimento do processo de industrialização, sob o peso da ditadura militar e o ufanismo do milagre econômico. Tais problemas tenderiam a aumentar com o desenrolar da crise do petróleo, quando a Opep, cartel de produtores dominado pelos países árabes, elevou drasticamente o preço do produto, do que decorreu uma recessão generalizada que atingiu o Brasil de forma ampla. No período do chamado “milagre”, o país se mobilizara todo para o transporte rodoviário e desativara o setor ferroviário, o que, depois, o obrigou a importar enormes quantidades de um combustível que encarecera violentamente. Esta crise mostrou como persistiam intocados os grandes problemas estruturais da economia brasileira, que pretendia através da industrialização, solucionar os problemas dos

desequilíbrios regionais e obtivera um resultado inverso, que nos últimos anos parece ter se ampliado.

O termo ecoturismo surge no final da década de 70 e início da década de 80 do século 20, em um contexto de transição, onde segmentos das sociedades pós-industriais repensam suas formas de lazer. Historicamente, o ecoturismo está ligado ao renascimento da sensibilidade ecológica oriunda da luta ambientalista deflagrada nos últimos 35 anos, a qual deu visibilidade aos impactos negativos ocasionados pela industrialização do Pós-Guerra e também aos efeitos maléficos ocasionados pelo turismo de massa nos países desenvolvidos.

O significado do termo ecoturismo (ou turismo ecológico) vem sendo construído de forma polissêmica, abarcando um sem-número de sentidos, uns bastante claros e outros repletos de lacunas, imprecisões ou insuficiências. Em razão de o termo ecoturismo carregar-se da mensagem conservacionista, o mesmo passou a se tornar a denominação hegemônica após 1990, tendo as demais terminologias caído em desuso ou tratadas como sinônimo do mesmo, ainda que, por vezes, de forma inadequada.

A Embratur definiu a atividade do ecoturismo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (EMBRATUR, 1994, p.19)

Embora muitos dos que pensam o ecoturismo o interpretem como uma forma de lazer em que está implícita a preservação da natureza, inúmeras agências turísticas, profissionais do turismo e dos meios de comunicação utilizam o termo para designar qualquer tipo de atividade nas paisagens naturais.

O desenvolvimento do ecoturismo é influenciado por muitas idéias e debates que o movimento ambientalista vem colocando em pauta, como, por exemplo, a idéia

de desenvolvimento sustentável, cujas bases, segundo Bezerra e Fernandes (2000), se alicerçam na preocupação com as gerações futuras, no uso racional dos recursos naturais e no estabelecimento de uma nova ordem social baseada em novos modos de produção e consumo.

Como desdobramento desses movimentos, nos anos 80 criam-se, no Brasil, secretarias estaduais e municipais do verde e do meio ambiente, surgem os padrões ecológicos com a valorização de parques e áreas verdes, da mata nativa e do jardim, trazendo de volta a idéia dos contatos com a vegetação e com os animais nativos. Ocorre um grande avanço no âmbito da Legislação Ambiental Brasileira, repercutindo na preocupação com a educação ambiental. Promulga-se a Lei nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente⁶ cujo artigo 6º institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e o artigo 7º, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Em 1985, cria-se o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A criação de parques nacionais, estaduais e municipais é incentivada com a promulgação da Constituição de 1988, cujo Capítulo do Meio Ambiente contém itens que privilegiam as paisagens notáveis e a definição das unidades de conservação, visando à preservação dos ecossistemas e da diversidade. Em 1989, a Lei nº 7.735 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), instância máxima das questões ambientais.

O turismo enquanto fenômeno e atividade humana gera uma dinâmica de transformações econômicas e sociais nos locais onde ocorre, que resulta em modificações na paisagem existente. A espontaneidade que caracteriza o desenvolvimento desse tipo de atividade, no contexto brasileiro, tem comprometido os resultados ao longo do processo nos aspectos econômicos, sociais, culturais e no que se refere ao meio ambiente.

⁶ Destaca-se o notável desempenho de Paulo Nogueira Neto, civil, que em plena ditadura militar, à frente da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), de 1974 a 1986, conseguiu a promulgação de Leis Ambientais, base da atual Política Ambiental Brasileira, considerada uma das mais bem elaboradas do planeta.

1.3 O Ecoturismo e a Paisagem

É ampla a literatura sobre os impactos do ecoturismo na paisagem. Dias (2003), Wearing (2001) e Carneiro (1998), por exemplo, ressaltam o potencial desse tipo de atividade para gerar tanto benefícios quanto problemas para o meio ambiente e para a comunidade receptora, já que a concentração de turistas e a realização de suas atividades geram impactos positivos e negativos, que se traduzem em transformações na paisagem.

O agravamento dos problemas urbanos, ambientais e sociais, expressos no aumento da marginalização, no congestionamento do trânsito, na contaminação do solo, ar e água, no avultamento da geração de resíduos sólidos, no crescimento da criminalidade e, conseqüentemente, na deteriorização da qualidade de vida nas cidades são os motivos dos deslocamentos de pessoas para áreas com belas paisagens, como montanhas, praias, ilhas, florestas, beiras de rios, lagoas, em busca de aventuras, de verde, de tranqüilidade, objetivando recuperar o equilíbrio psicofísico. Segundo Krippendorf (2001, p. 62), outro fator que contribui para o incremento dessa tendência é o fato de, atualmente, os meios de transporte e de comunicação terem alcançado um alto grau de desenvolvimento.

Para responder a essa demanda, com tendência ao “êxodo urbano” nas imediações das metrópoles aos finais de semanas, feriados e nos períodos de férias, os especuladores imobiliários estão por aí a ofertar lotes de diferentes tamanhos e preços, em áreas privilegiadas em belezas naturais, seja no litoral ou nas montanhas, sem se preocuparem com obras de infra-estrutura, segurança e com normas de uso e ocupação do solo, gerando uma urbanização desordenada com uma arquitetura improvisada, de gosto duvidoso, onde prolifera o que Macedo (1998, p. 131-202) chama de segunda residência de lazer. O lucro fácil na venda de terrenos é o paraíso dos especuladores. O parcelamento, quando não é desordenado e clandestino, é o condomínio fechado que, embora passe a ilusão de maior segurança para os seus usuários, é o primeiro a ser assaltado. A região preferida pelos compradores envolve as áreas próximas a recursos hídricos e os topos de morro, por ter a melhor vista. Se o terreno tem uma vista para o mar ou montanha, uma cachoeira ou uma mata, seu valor aumenta significativamente,

embora o artigo 2º. do Código Florestal⁷ considere essas áreas como de preservação permanente e a Lei nº. 6.766 que trata do Parcelamento do Solo e controla a abertura de novos loteamentos proíba o parcelamento nessas áreas de preservação permanente.

Muitas agressões ao ambiente e à paisagem ocorrem devido à inadequação do tratamento dado aos aspectos do meio físico. Esses, muitas vezes, são totalmente desconsiderados, embora se entenda que existe um vínculo estreito entre as catástrofes naturais (deslocamento de rochas, deslizamento de terra e inundações) e a ocupação inadequada do meio físico, especialmente as encostas das colinas, montanhas e morros, os vales dos rios e córregos e as linhas naturais de drenagem. Seja na quebra do equilíbrio por meio de técnicas apropriadas, seja na permanência dele, é necessário reconhecer, como adverte McHARG (2000, p. 79), que a natureza oferece oportunidades e restrições à intervenção do homem.

Outro tipo de agressão a alterar o equilíbrio das paisagens vem do turismo espontâneo, não planejado, a produzir espaços delimitados e destinados ao consumo da natureza, os quais são propagados pelos meios de comunicação de massa (jornais, revistas, TV, Internet, prospectos, etc.), como lugares exóticos, lugares de amenidades. Búzios-RJ (Figura 1.1), Canoa Quebrada-CE, Serra do Cipó-MG, Porto Seguro-BA, Praia dos Ingleses-SC e outros são exemplos de localidades onde a exploração de paisagens naturais com fins turísticos geraram transformações que resultaram em segregação espacial e exclusão social das comunidades nativas. Nesses locais e em vários outros municípios turísticos brasileiros, turistas têm comprado terrenos, construído pousadas, bares e restaurantes, e nesse processo, “empurraram” a população nativa para a periferia, para longe da praia, do centro. Em muitos deles, a falta de um planejamento urbano se traduz nas alterações na paisagem, na vida das comunidades, fazendo com que o local perca sua aura natural e levando o turismo para mais longe, à procura de outros locais ainda não explorados (MENDONÇA, 2003, p. 29).

⁷ Legislação Ambiental: Lei nº 4.471, de 15 de setembro de 1965.



Fig. 1.1: **Rua das Pedras, Búzios – RJ.** Foto: Secretaria de Turismo de Búzios. Disponível em: <<http://www.buziosonline.com.br/>>. Acesso em: Junho/2005.

Observa-se que, contraditoriamente, muitas vezes essas localidades pertencem a uma Área de Proteção Ambiental (APA) ou ficam próximas a áreas de Parques Nacionais que têm como objetivo maior a conservação e preservação de belezas cênicas notáveis e da biodiversidade para as gerações futuras. A Área de Proteção Ambiental (APA) tem sido um dos instrumentos utilizados pelo Poder Público para proteger uma parte do território, segundo objetivos específicos. Essa área, mesmo permanecendo sob o domínio de seus proprietários, é submetida a ações de ordenamento e controle do uso do solo e dos recursos naturais, onde a variável ambiental é inserida nas etapas de planejamento, tendo como meta o desenvolvimento sustentável daquela região. Mas, os fatos nem sempre acontecem como deveriam acontecer e o distrito de Serra do Cipó, antigo Cardeal Mota, em Minas Gerais, cuja área está na APA Morro da Pedreira, área de amortecimento do Parque Nacional da Serra do Cipó (Figura 1.2), serve de ilustração. Seu processo de urbanização é crescente e em feriados mais longos, como os da Semana Santa e do carnaval, o fluxo de visitantes é tão grande nas proximidades do camping Véu da Noiva, que a área fica intransitável. Dentro do camping, o distanciamento entre as barracas é mínimo e a falta de locais de estacionamento induz os turistas a estacionarem em qualquer lugar, até mesmo

na beira da rodovia MG-10, que não tem acostamento, o que é uma ameaça à segurança dos turistas e da população local (OLIVEIRA, 2002a).



Fig. 1.2: Serra do Cipó – MG. (2005)

Os cidadãos têm que suportar uma variedade de problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes desse crescimento, tais como, concentração de pessoas, poluição de todo tipo, como a poluição dos corpos hídricos, devido ao esgoto sanitário sem tratamento adequado ser lançado diretamente sobre os rios e lagoas, a construção de estradas e a supervalorização das terras. Mesmo assim, grande parte da comunidade pré-existente está satisfeita com os progressos econômicos e sociais propiciados por esse fluxo turístico, que teve seu início no final dos anos 60 e atualmente vem aumentando de forma significativa.

Daí, a importância de uma atuação efetiva do Poder Público na organização das atividades turísticas, por meio da elaboração do plano diretor local e do respectivo zoneamento das áreas ambientais direcionados para uma política eficiente e justa de uso e ocupação do solo. Também se faz necessário um planejamento turístico ecológico de base multidisciplinar que enquadre não somente critérios econômicos e de mercado, mas que considere os aspectos naturais, sociais e culturais, assegurando a compatibilidade entre o desenvolvimento do

turismo, a proteção do meio ambiente e a preservação da qualidade de vida, tanto da comunidade local quanto dos turistas, porém, priorizando as necessidades da comunidade anfitriã. Esse planejamento traria efeitos benéficos para a conservação da paisagem natural e um aumento da consciência ambiental da população.

Nesse processo (de planejamento) é preciso considerar a capacidade de carga da região, prever o seu limiar máximo de crescimento turístico, bem como prevenir e/ou remediar impactos sócio-ambientais que somados, levam ao seu declínio. Bom exemplo de planejamento é a ilha de Fernando de Noronha, cuja fragilidade de seu ecossistema já teria sucumbido às pressões do ecoturismo se não houvesse um planejamento da paisagem de bases sustentáveis com a adoção de medidas que limitam o número de visitantes e determinam a cobrança de taxas diárias de permanência na ilha, cujo valor cresce, exponencialmente, em função da duração da visita.

Além dos efeitos benéficos para a conservação da paisagem, o ecoturismo, se bem conduzido, pode se transformar em instrumento de promoção da cidadania de comunidades carentes, reafirmando sua identidade e fazendo prevalecer os interesses públicos sobre os particulares. Mas isso exige a contribuição de toda a sociedade. Os agentes públicos (Estados, prefeituras) devem cumprir o seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento. Contudo, é indispensável que se desenvolva a consciência ambiental da população bem como a participação dos outros agentes envolvidos (instituições, associações empresariais, ONG's, etc.) contribuindo para a proteção dos acervos culturais e naturais que incitam à visitação turística e que são o ponto focal e a razão de ser de tal atividade.

Mas, segundo Milton Santos (2000, p. 36)

... o problema não é, apenas, proteger recursos e lugares, mas valorizar a essência do homem, estimulando a produção de um lazer que se aproxima da sensibilidade popular, isto é, da cultura, e não propriamente do mercado, pois, cultura também é política. Além de cuidar da biodiversidade, trata-se de salvaguardar e potencializar a sociodiversidade, que acompanha e qualifica a diversidade dos lugares, dos quais constitui, ao mesmo tempo, atributo e riqueza.

1.4 O Arquiteto Paisagista e a Organização da Paisagem para o Ecoturismo

É de grande importância o papel da Arquitetura da Paisagem e do Urbanismo como poderosos definidores dos modos de vida e dos aspectos paisagísticos do lugar. Nos vários estágios de desenvolvimento do Ecoturismo, é imprescindível a participação dos arquitetos paisagistas, cuja atuação é importante, seja como profissionais responsáveis pelo planejamento, pelo projeto, seja na implantação de programas, onde há toda uma infra-estrutura que precisa ser adequada e compatível com as necessidades dos usuários, tais como: *campings*, trilhas, pontes, mirantes, sinalização, identificação de áreas com potencial cenográfico para ecoturistas, mobiliário etc., que executados conforme padrões técnicos e artísticos muito contribuem para o conforto e a segurança das pessoas, para a preservação da fauna e da flora, gerando efeitos benéficos ao desenvolvimento econômico e social de significativas regiões do País. Também, diz Lira Filho (2001, p.130-132):

Cabe ao paisagista explorar as aptidões que cada paisagem manifesta, seja ela rural ou urbana, e que podem ser exploradas e direcionadas visando aos diferentes tipos de lazer: contemplativo, recreativo, esportivo e cultural, que, certamente, promovem melhorias consideráveis no bem-estar mental dos indivíduos, tornando-os mais saudáveis e produtivos, com reflexos benéficos para toda a sociedade. (LIRA FILHO, 2001, p.130-132)

A lida dos paisagistas no trato dos problemas dos espaços de lazer e turismo vem de longa data e tem como exemplo mais notório, Frederick Law Olmsted (Figura 1.3), paisagista, crítico e reformador social, com experiência em várias áreas, e que via a natureza como um meio para educar a crescente população urbana americana. Ele atuou no chamado Movimento Americano de Parques (*Parks Movement*), quando promoveu a transformação do Yosemite Valley (Califórnia) em 1864, uma área de grande valor cenográfico, na primeira área de conservação ambiental pública aberta aos usos de lazer e recreação;

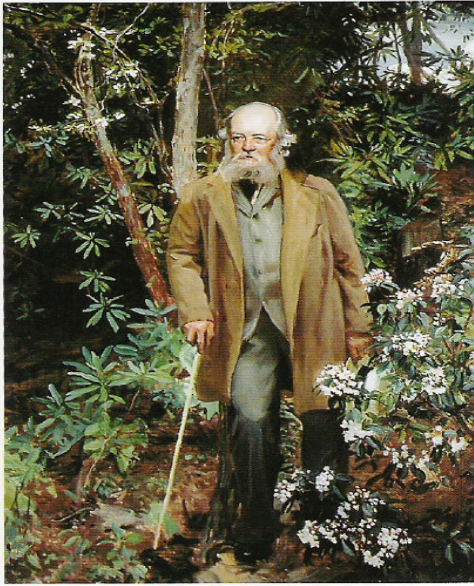


Fig. 1.3: **Frederick Law Olmsted.**
Fonte: (BEVERIDGE & Rocheleau, 1998, p. 2).

portanto, antecedendo o surgimento do Yellowstone Nacional Park, em 1870, considerado o primeiro dos parques nacionais. As bases filosóficas do plano de manejo que ele elaborou para o Yosemite Valley, tendo como princípio a proteção ambiental e o livre acesso, formaram o núcleo central do trabalho desenvolvido pelo serviço americano de parques nacionais que, fundado em 1916, ensejaria a disseminação da idéia dos parques nacionais pelo mundo (BARCELLOS, 1999, p. 2).

Olmsted foi um excursionista no século 19. Acampou em Yosemite com sua família e elaborou os documentos que serviriam de base para a criação do parque, e ele não pretendia apenas a preservação da magnífica paisagem, mas, também, o uso da mesma pela população, pois ele acreditava que o contato com a natureza tinha um valor pedagógico e educativo, que melhorava as pessoas.

Como o poeta Wordsworth e o pintor Constable na Inglaterra, Emerson e Thoreau na América, Olmsted se comoveu ante a intensa atração que lhe produzia a beleza da paisagem e analisou o potencial que isso representava como contribuição à moral e à felicidade humana. Foi também um agudo estudioso da obra de William Gilpin, pessoa séria e enérgica, que se familiarizou com as peculiaridades do Yosemite Valley e com tudo aquilo que ameaçava as belezas naturais e a estabilidade ecológica, como o pastoreio e a mineração (LAURIE, 1983, p. 88).

Olmsted realizava freqüentes viagens à Inglaterra, sendo as iniciativas inglesas sua grande fonte de inspiração na direção da criação de parques e da conservação das paisagens naturais. Algumas das funções ambientais e paisagísticas dos parques públicos – nacionais e urbanos – foram propostas, pioneiramente, por Frederick Law Olmsted, na segunda metade do século 20, e ele foi o grande planejador da paisagem e precursor da implantação de parques urbanos com a intenção de solucionar

problemas sociais e ambientais. Projetou o Parque Fens, em Boston, o Central Park de New York, o espaço exterior do Congresso Norte-Americano, o Yosemite Valley, Niagara Falls e dezenas de outros parques urbanos e nacionais, entre outras obras paisagísticas, nas cidades de Boston, Chicago, Buffalo, San Francisco, Detroit – nos EUA, e Montreal – no Canadá. Vários destes projetos foram realizados em parceria com outros paisagistas, especialmente com Calvert Vaux (AYRES, 2005, p. 31). Suas bem conhecidas realizações como arquiteto paisagista sugere um homem de impressionante determinação e habilidades múltiplas, que vivia na frente de seu tempo, sempre envolvido em movimentos cujos objetivos eram a melhoria da qualidade de vida da população americana atormentada pelas condições insalubres das cidades industriais do século 19.

No século 20, no Brasil, os paisagistas se dividiram, alguns preferiram os projetos residenciais, outros se dedicaram à criação de sistemas de parques, tanto urbanos quanto de abrangência regional. Os paisagistas estavam aí, na frente de luta, junto a outros apaixonados (ambientalistas, biólogos, botânicos, etc.) que defendiam os recursos naturais e as grandes paisagens. E nessa época, a questão ambiental não estava na moda nem rendia tantos benefícios como hoje. Exemplo marcante dessa época é Roberto Burle Marx, reconhecido como o paisagista de maior destaque no cenário da história do paisagismo brasileiro, que deixou um legado de peso paisagístico e artístico, reconhecido internacionalmente. Embora criticado como um profissional elitista e como o paisagista que executou o maior número de obras para o governo brasileiro, deixou seu exemplo de atuação, sempre se manifestando contra os desmandos referentes às questões da conservação do meio ambiente e de preservação de nossas riquezas naturais, principalmente da flora brasileira, que ele tão bem pesquisou e soube explorar com destacada criatividade e originalidade em seus projetos, representando, na década de 30, um marco nacional na passagem das tendências ecléticas para o estilo moderno que caracteriza seus trabalhos. A divulgação de seu trabalho teve início com o projeto solicitado por Lúcio Costa, para o Ministério da Educação e Saúde Pública no Rio de Janeiro, em 1938, o qual foi concebido sob os direcionamentos do arquiteto, que é considerado o patrono da arquitetura moderna, Le Corbusier. Também, em 1942, sua elaboração do paisagismo de todo o Complexo Moderno da Pampulha (arquitetura de Oscar Niemeyer) em Belo Horizonte, requisitado por Juscelino

Kubitschek, então prefeito da capital mineira, repercutiu de tal maneira que mais tarde ele seria chamado para projetar os jardins palacianos do Eixo Monumental em Brasília, e depois, parques, praças e calçadas na cidade do Rio de Janeiro e muitas obras mais. Seu falecimento em 1994, com 85 anos, deixou uma lacuna, na história do paisagismo brasileiro, difícil de ser preenchida.

Atualmente, Fernando Chacel é apontado como possível sucessor de Burle Marx no que tange à sua atuação ecológica e preservacionista. Chacel nasceu no Rio de Janeiro, em 1931, e formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, em 1953, tendo estagiado no mesmo ano no escritório de Roberto Burle Marx, onde iniciou sua formação profissional de arquiteto paisagista. No final da década de 50, ao lado de Rosa Klias e de Miranda Magnole, contribuiu para o assentamento das bases do ensino de paisagismo no Brasil. A valorização de ecossistemas como base de seus projetos de paisagismo, inter-relacionados a processos naturais, é o caminho que o levou a gerar exemplos paradigmáticos como os parques cariocas Gleba E, na Barra da Tijuca-RJ e Melo Barreto, onde reabilita um tipo de vegetação que, ao longo da história do Brasil, sempre foi vítima de enormes preconceitos: o manguezal. Na síntese do desenho, incorporou processos bióticos, reconhecendo a vegetação como elemento vivo e vital. Não só em nome da estética, mas de uma ética, desenvolveu a proposta de grandes glebas de espaços ocupados por ninhos de vida e de multiplicação de seres: animais, plantas e pessoas. Vinculando a regeneração paisagística à sobrevivência do homem, realizou na prática, numa pequena parcela de nosso planeta, a teoria do desenvolvimento sustentável (CHACEL, 2001).

É função do paisagista a busca pela utilização de práticas sustentáveis, necessárias à preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. Em vista das crescentes devastações da natureza, a atuação do paisagista aumentou geometricamente de importância, uma vez que ele tem nas mãos a possibilidade de resolver problemas de interferência sem agressão aos ambientes naturais, como nos exemplificam os trabalhos de Chacel. O paisagista, cuja matéria-prima é a própria paisagem, detém ou deveria deter conhecimentos que possibilitem uma atuação positiva em termos de compatibilizar preservação da paisagem e uso social. Caso se trate de simples preservação, os ecologistas estão mais

capacitados. Um modo de agir eficiente, baseado em conhecimentos sólidos, é o caminho que se procura ao se planejar a paisagem para o turismo, visando a uma melhoria na qualidade de vida dos usuários desses locais.

Segundo Pellegrino (2000, p. 168):

... o planejamento ecológico da paisagem é a criação de uma solução espacial capaz de manejar as mudanças dos elementos da paisagem, de forma que as intervenções humanas sejam compatibilizadas com a capacidade dos ecossistemas de absorverem os impactos advindos das atividades previstas e de se manter a integridade maior possível dos processos e ciclos vitais que ocorrem em seu interior, sempre tendo-se como referência o contexto regional do qual fazem parte.

Aqui, chamo a atenção para o uso feito por Pellegrino da expressão “Planejamento Ecológico da Paisagem”. Acredito que seria mais adequado dizer “Planejamento da Paisagem” que é mais abrangente. Planejamento ecológico, como disse anteriormente, é próprio dos ecologistas que, na maioria das vezes, se atêm ao campo da biologia e não têm conhecimento (pelo menos de formação) dos processos naturais e culturais, tradicionalmente tratados pelos paisagistas em seus estudos.

Planejar a paisagem é uma tarefa complexa e não pode ser trabalho de um só profissional. É um processo que envolve administradores, políticos e profissionais que atuam em campos específicos, interferindo nos aspectos naturais e socioeconômicos da paisagem, mas, dentro dessa equipe, o arquiteto paisagista é uma peça importante por sua formação mais abrangente e por considerar os sistemas sociais e naturais que compõem a paisagem, atuando, notadamente, dentro de uma faixa entre a criatividade e as necessidades reais da comunidade. E para satisfazê-las, deve propor espaços livres, áreas de lazer e recreação, considerando sempre os princípios bioclimáticos, para que esses espaços proporcionem adequadas condições de conforto ambiental. Esses espaços devem ser desenhados para suportar o vandalismo e seu uso intensivo e o paisagista deve considerar a questão ambiental, seja qual for sua escala de abordagem.

Um planejamento da paisagem pode fornecer as ferramentas para se alcançar uma integração plena entre sociedade e natureza, de forma que ambas prosperem a longo prazo. Mas, o que significa planejar a paisagem? Planejar a paisagem é um processo de trabalho que se guia por uma metodologia estabelecida, que inclui etapas e ações distribuídas ao longo de um tempo: levantamento de dados, pesquisa de campo, elaboração de diagnósticos, checagens, estabelecimentos de diretrizes e metas, execução das ações planejadas. Daí surgem os projetos, elaboração de legislação, obras, etc.

Com a aplicação da metodologia no planejamento da paisagem e com a criação de uma legislação de prevenção e recuperação de impactos ambientais (EIA, RIMA),⁸ abre-se, para o arquiteto paisagista, a possibilidade mais ampla de atuar e avaliar em escalas maiores os aspectos da paisagem. Superposição de diferentes tipos de mapas temáticos, como de solos, vegetação, hidrografia, áreas de preservação, etc., já tem sido utilizada, para identificar localizações apropriadas e inapropriadas para futuros usos do solo, baseando-se no método de Ian MacHarg (2000, p. x) que consiste em compreender os processos que configuram as paisagens e utilizá-los como fundamento do projeto e para conectar as dimensões ambientais e projetuais da paisagem. Hoje já existem outras ferramentas, como por exemplo, o Sistema de Informação Geográfica – SIG.

O planejamento da paisagem e de seus espaços livres em suas instâncias físicas (infra-estrutura e equipamentos, etc.) tem por finalidade ordenar as ações do homem sobre o território, sendo fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. De um modo geral, ordenar a visitação é um grande desafio, pois essas áreas são vistas, no que se refere ao contato direto com a natureza, como um importante instrumento para a recreação e o lazer. A necessidade de planejar equipamentos facilitadores dos espaços e atividades de uso público é um fator primordial. Entretanto, deveria ocorrer a oferta de orientações

⁸ Dispositivos instituídos pela Resolução n° 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que prescreve no seu Art.2° – Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental – EIA e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do Ibama em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente.

para a implantação responsável desses equipamentos em meio natural, considerando as necessidades da pessoa portadora de deficiências, da criança e do idoso, quanto à segurança, ao conforto, à acessibilidade e a possibilidade de um melhor desfrute das paisagens. E mais: a especificação de materiais de fácil manutenção, a proteção de amostras dos ecossistemas naturais e o controle das atividades de visitação não podem ser olvidados nesse planejamento a fim de que não seja ultrapassado o limite da capacidade de carga da paisagem.

O paisagista deve procurar manter, na dinâmica das interações, a harmonia na paisagem e essa busca de equilíbrio acarreta soluções diversas para atuar na elaboração dos espaços de lazer e turismo e, conseqüentemente, na paisagem, com ações que conciliem as necessidades do sistema social com as possibilidades do sistema natural, pois, conforme Barcellos (1999, p. 31), “... a paisagem só interessa ser pensada a partir do contexto social que a filtra”.